



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria

Relatório de Monitoramento 7º PA - SEJUSP/AGM

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2020.

CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E A

ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO

7º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2020

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão nº 02/2019, no período de 01/07/2020 a 30/09/2020, com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio dos Relatórios Gerenciais de Resultados-RGR e Relatórios Gerenciais Financeiros-RGF.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081 de 2018 e do artigo 52 do Decreto Estadual nº 47.553 de 2018, será apresentado neste o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, bem como sua análise.

Reitera-se, que diante do cenário de pandemia provocado pelo COVID-19, o Estado de Minas Gerais publicou o Decreto nº 47.891 de 20 de março de 2020, no qual reconhece o estado de calamidade pública. Com efeito, o Decreto nº 47.890 de 19 de março de 2020, suspendeu os prazos dos procedimentos do Contrato de Gestão, nesses termos:

Art. 4º – Ficam suspensos os prazos de monitoramento, avaliação e prestação de contas relativos a convênios de saída, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, termos de outorga, convênios para pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I, termos de parceria, contratos de gestão e outros instrumentos congêneres em curso enquanto durar a situação de emergência.

Cabe destacar, que neste período, devido ao contingenciamento financeiro e a redução do valor destinado ao Contrato de Gestão, a SUPEC interrompeu as atividades em 09 Unidades de Prevenção à Criminalidade, desmobilizando as mesmas nos seguintes municípios: Belo Horizonte (Unidades Minas Caixa, Primeiro de Maio), Betim (Unidade Jardim das Alterosas), Ribeirão das Neves (Unidade Rosa Neves) Araguari (Unidade Centro), Vespasiano (Unidade Centro), Ipatinga (Unidade Betânia), Montes Claros (Santos Reis), Uberlândia (Canaã). Para além destas, realizamos a entrega do 9º andar da Unidade Central de Belo Horizonte à CODEMGE/CODEMIG para fins de redução de custos.

Estas desmobilizações exigiram uma articulação muito grande por parte da SUPEC, por meio da Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria, que contou com o apoio e auxílio de várias prefeituras, das unidades socioeducativas e prisionais, da PMMG, dentre outras instituições parceiras. Dentre as várias ações realizadas, destacamos: elaboração do Plano de Desmobilização, tanto pela área operacional da SUPEC, quanto pelos Programas de Prevenção à Criminalidade, levantamento dos patrimônios das unidades, organização e separação de arquivos, reforma e entrega dos imóveis à prefeitura parceira (cessão de imóveis) ou aos devidos locatários, rescisões dos contratos de locação dos imóveis pelo estado, encerramento de contratos de tecnologia, logística de transporte e recolhimento dos bens, dentre outras atividades.

Para além disso, as equipes dos programas procederam ao encerramento dos casos, contactando o público atendido e encerrando os instrumentos de acompanhamento. As equipes técnicas confeccionaram relatórios de finalização dos trabalhos, sistematizando o processo conjunto de suspensão das Unidades. No tocante ao trabalho em rede, foi informado a todas as instituições locais e municipais, inclusive o Poder Público Municipal e Poder Judiciário.

Isto posto, um grande esforço e alinhamento entre a SUPEC, Instituto ELO (rescisão dos contratos de pessoal) e gestão dos programas foram imprescindíveis para o cumprimento das atividades dentro dos prazos previstos, sendo que no mês de agosto todas as desmobilizações das 9 Unidades estavam concluídas.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

A Comissão de Monitoramento pontua que alguns pesos informados no quadro de indicadores no Relatório Gerencial de Resultados elaborados pelo Instituto ELO se encontram equivocados e, nesse sentido, retificamos neste as informações:

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			7º Período Avaliatório Jul/20 a Set/20	
1 Programa Mediação de Conflitos	1.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	16.739	16.410
	1.2 Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.037	952,67
	1.3 Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	4.746	6.497
2 Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1 Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2.107	39
	2.2 Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	5.267	52
	2.3 Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	63.141	32.216
	2.4 Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	297	153
3 Programa Se Liga	3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	220	113
	3.2 Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	4	60%	13,3%
	3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	112	490
4 Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	33.199	24.710
	4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	4	72%	78,9%
	4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	1.971	3.917
5 Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	11.167	8.785
	5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	81,74%
	5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	845	1.541
6 Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção	6.1 Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	3	100%	-
	6.2 Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	3	15	9,8
7 Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	7.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	4	52	59
	7.2 Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	3	-
	7.3 Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	4	3	3
	7.4 Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas	4	3	3
8 Gestão da Parceria	8.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	2	100%	-
	8.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	2	100%	-

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados

Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

O RGR apresentado pelo Instituto Elo constou análises robustas quanto ao Programa Mediação de Conflitos. Neste período avaliatório, deu-se continuidade à retomada gradual das atividades, com diálogo junto à gestão social, supervisão metodológica e superintendência, respeitando todas as orientações da Organização Mundial de Saúde.

Em agosto ocorreu a transição da maior parte das equipes que estavam em teletrabalho para a retomada ao trabalho presencial, sendo repassadas orientações para o atendimento individual e como deverá ser procedido o retorno das intervenções coletivas por meio do "Plano de Retomada das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local", pelo "Plano Aprofundado", bem como de documentos norteadores para realização do trabalho presencial do Programa Mediação de Conflitos.

Apesar de dois indicadores (Número acumulado de realizado pelo PMC e média mensal de pessoas atendidas pelo PMC) não terem apresentados os resultados pactuados no contrato de gestão, vale destacar que houve crescimento nos atendimentos quando comparados com os meses anteriores, em especial com o período integral de teletrabalho. É necessário considerar todos os impactos decorrentes da pandemia e enfatizar que, mesmo diante de tantos desafios, o Programa conseguiu responder, sistematicamente, à um novo formato de intervenção, que possibilita o contato com o público atendido, mas que ainda reverberam em algumas limitações na atuação.

Outro fator importante é a dinâmica criminal de cada território, visto que tal fenômeno impacta de forma direta ou indiretamente na atuação das equipes. Em alguns territórios a dinâmica criminal pode aumentar o número de atendimentos, a média de pessoas atendidas e a articulação junto à rede. Entretanto, esse mesmo fenômeno, em determinadas áreas pode ocasionar o silenciamento dentro das comunidades e menor circulação dos moradores.

O Programa sempre dedicou esforços na construção de uma política feita a várias mãos, ou seja, pelos atores estratégicos, equipes de analistas e estagiários, comunidade e parceiros da rede. No período de teletrabalho e na retomada das atividades presenciais foi diferente, tendo sido fundamental o empenho de todos os envolvidos para repensar novas formas de intervenções, fomentar a comunidade, manter vínculo, divulgar os formatos de atendimento do programa, encaminhar atendidos, discussão de casos, dentre outros.

No monitoramento deste 7º período, não se pôde desvincular o percurso realizado anteriormente, uma vez que os resultados estão vinculados a um mesmo cenário com desdobramentos diversos, em que alguns territórios foi possível potencializar as formas de intervenções, aplicando a tecnologia a favor, mas em outros maiores desafios na construção do trabalho.

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta: 16.739

Resultado: 16.410

Importante salientar que a adaptação ao trabalho presencial foi construída com a possibilidade de continuidade de algumas intervenções virtuais. Esta possibilidade de mesclar os instrumentos de intervenção foi importante para o alcance do resultado apresentado.

A adaptação aos novos formatos de intervenção pode ser demonstrada ao realizar comparativo deste período com os meses anteriores: das 26 Unidades de base local, 12 realizaram atendimentos mensais superiores aos realizados nos meses de janeiro a março anterior à pandemia (Cabana, Jardim Felicidade, Jardim Leblon, PPL, Vila Pinho, Jardim Teresópolis, PTB, Nova Contagem, Ressaca, Olavo Costa, Via Colégio, Morro Alto). Por outro lado, apesar das demais 14 UPCs não apresentarem aumento (Vila Cemig, Morro das Pedras, Ribeiro de Abreu, Santa Lúcia, Serra, Taquaril, Citrolândia, Carapina, Turmalina, Santos Reis, Justinópolis, Veneza, Palmital e Morumbi), é preciso enfatizar que todas as equipes mencionadas apresentaram crescimento significativo quando comparado aos dados do período de teletrabalho (abril, maio, junho).

Seguem algumas considerações relevantes por Unidade:

Taquaril: no período anterior foi sinalizada maior entrada no território durante a pandemia, refletindo nas interações comunitárias já existentes. Neste período, houve aumento de atendimentos, sustentando as intervenções em ações coletivas e construindo outras intervenções, diante de uma intensificação na dinâmica criminal local. (6º período > abril: 76; maio: 0; junho: 75 / 7º período > julho: 81; agostos: 63; setembro: 93).

Jardim Teresópolis: houve aumento de atendimentos não somente quando comparado ao 6º período, como também antes da pandemia. Um dos fatores identificados foi a retomada das atividades em parceria com a rede, que interferiu no maior encaminhamento de atendidos e intervenções conjuntas. Outro fator é a intensificação no cenário das dinâmicas locais e criminais no ano de 2020: os homicídios e demais violências são questões que a equipe tem debruçado, e cada vez mais potencializando as intervenções (6º período > abril: 64; maio: 0; junho: 81 / 7º período > julho: 111; agosto: 117; setembro: 130).

Carapina: assim como no período anterior, reforça-se a importância das intervenções nos atendimentos de organização comunitária para alcance dos resultados. O desafio maior é sobre o fluxo junto à rede, que devido à pandemia, sofrem alterações das atividades, o que demanda maior esforço da equipe para se atualizar das mudanças e repassar as informações aos atendidos. (6º período > abril: 102; maio: 0; junho: 38 / 7º período > julho: 49; agostos: 98; setembro: 74).

Jardim Felicidade: assim como no período anterior, apresentou crescimento de atendimentos, considerando a adaptação ao teletrabalho, bem como a retomada dos atendimentos presenciais, principalmente à casos complexos de violência, no qual exigiu da equipe maior acompanhamento. (6º período > abril: 21; maio: 0; junho: 31 / 7º período > julho: 56; agostos: 79; setembro: 73).

Justinópolis: foi verificado maior esforço da equipe em construir novas possibilidades diante dos desafios apresentados pela pandemia, com o trabalho sendo realizado apenas por uma analista, devido a licença maternidade de outra. (6º período > abril: 34; maio: 0; junho: 22 / 7º período > julho: 43; agostos: 47; setembro: 45).

Vila Cemig: antes da pandemia as metas eram cumpridas satisfatoriamente, entretanto, o novo cenário interferiu nas possibilidades de intervenções realizadas, tendo em vista o baixo acesso da comunidade à aparelhos celulares e a internet. O contato com alguns atendidos se deu através das referências comunitárias que emprestaram os aparelhos celulares e/ou faziam a ponte entre o PMC e os atendidos. No 7º período, a equipe apresentou maior estabilidade dos números de atendimento, devido ao retorno gradual dos atendimentos presenciais. (6º período > abril: 8; maio: 0; junho: 15 / 7º período > julho: 25; agostos: 55; setembro: 65).

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos**Meta: 1.037****Resultado: 952,67**

Importante enfatizar que o trabalho remoto exigiu dos profissionais repensar não apenas novas formas de intervenção, tendo como base uma metodologia já consolidada, mas também a análise qualificada e crítica do território, visando atuar na prevenção. Um dos desafios apresentados foi a construção de vínculo com os atendidos no formato de atendimento online, em especial aos moradores que já haviam apresentado relatos de violências, precipuamente as violências domésticas, contra a pessoa idosa, contra a criança e adolescentes, conflitos intrafamiliares, com o vizinho, dentre outros. O acompanhamento desses atendidos exigiram maior atenção no monitoramento, devido à pandemia, pois se encontravam em situação de maior exposição aos fatores de riscos que reverberam na reincidência das violências.

Ainda, é importante destacar que o Programa mesmo empenhando parte da força de trabalho na manutenção de vínculo, construiu novas estratégias para aproximação com outros moradores dos territórios de abrangência do PMC, principalmente os que apresentavam situações de violências. Um dos exemplos dessas construções foi a Unidade do Morro Alto, que nos dias 18/08 e 22/09 realizaram “rodas de conversas virtuais”, convocando a comunidade para discutir temáticas relacionadas à violência doméstica.

Deve-se também enfatizar a parceria do Programa com as referências comunitárias para maior efetivação do trabalho, assim como facilitadores para aproximação a moradores que, por diversos fatores, ainda não haviam acessado o programa. São esses atores que, em muitos momentos, constroem intervenções coletivas e encaminham para atendimentos individuais. Reconhecendo esses fatores e a importância do fortalecimento da atuação desses atores no território, tem-se como exemplo as intervenções realizadas pelas Unidades Via Colégio e Ressaca.

Nos dias 17 a 24 de julho, na expectativa de levar ânimo, motivação e acolhimento às referências comunitárias que atuaram de forma árdua no período de pandemia, a equipe do Via Colégio, em parceria com o artista Thiago Amador, propuseram uma intervenção e uma adaptação do projeto “TOC TOC”, de autoria dos artistas Thiago Amador e Reginaceli Freire. Desta parceria nasceu o “TOC TOC: Arte e Mediação Delivery”, no qual os palhaços visitam, por videochamada, as referências comunitárias, para levar uma mensagem com o objetivo de encarar os desafios da comunidade, mesmo com a pandemia, baseado em uma cultura de paz.

Compreendendo ainda a importância de fomentar e potencializar as referências comunitárias, a equipe da UPC Ressaca, nos meses de agosto a setembro, construiu junto a um grupo de mulheres com perfil de liderança, o Projeto de Prevenção “INFO-MULHER” que trouxe como proposta dialogar sobre a temática da violência contra a mulher e como pensar numa rede de proteção entre as mulheres, principalmente durante a pandemia. Contaram com a participação de 38 mulheres em um grupo de Whatsapp que trabalhou os ciclos de violência, relações abusivas, tipos de violência, redes especializadas de proteção e redes informais de apoio às mulheres em situação de violência e as formas de se exercer a sororidade.

A Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher buscou junto as equipes técnicas auxiliar nas ações construídas, seja através do levantamento de materiais, como vídeos e textos para potencializar as discussões, acompanhar os trâmites na construção dos instrumentos de divulgação das ações para a comunidade, como fomentar a publicação das intervenções realizadas para compartilhamento.

Os meses de agosto e setembro foram marcados pela retomada do trabalho presencial com o desafio apresentado de continuidade às intervenções realizadas via online, pois, devido ao baixo acesso à tecnologia, muitos casos sofreram com a manutenção do vínculo durante o teletrabalho.

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social**Meta: 4.746****Resultado: 6.497**

Assim como nos períodos avaliatórios anteriores, este indicador teve resultado acima da meta prevista. Um dos fatores foi a necessidade de maior articulação junto às redes especializadas, o que, conseqüentemente fortaleceu o contato com as instituições para maior qualificação dos encaminhamentos, bem como discussões dos casos e construções de intervenções conjuntas.

Neste período, houve ações junto à rede que permaneceram virtualmente ou por ligações telefônicas, uma vez que algumas instituições formais e informais apresentam impossibilitadas de retomar atividades presenciais. Entretanto, em alguns territórios, as intervenções junto à rede parceira no formato presencial foram possíveis, como o caso de Citrolândia que retomaram as intervenções presenciais na comunidade terapêutica Terra Santa. Nesta foi abordado a temática da diversidade, das violências e violações, bem como trabalhado com os atendidos do local sobre as redes existentes de proteção à população LGBTQI+. O Projeto de Prevenção foi finalizado no mês de setembro com a temática masculinidade e a discussão de gêneros. Todos os encontros aconteceram com os devidos procedimentos de segurança de saúde.

A Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher também participou de vários espaços junto a rede de proteção social, tais como: Reunião com a Defensoria Pública para alinhamento sobre a atuação dos serviços e ação conjunta no território do Taquaril; Reunião junto a Rede Estadual de Enfrentamento à violência contra a mulher; reuniões do Conselho Estadual da Mulher, espaços virtuais como *live* ONU - produção de dados de violência contra mulher; *lives* sobre elaboração de projetos: "Como elaborar bons projetos para captação de recursos", "construção dos Projetos Liberta Minas" e "Como financiar projetos pelo fundo de defesa de Direitos Difusos: O caso de sucesso de Caruaru". Ainda, participou do II Seminário Integrado de Violência Doméstica e por fim, ministrou palestra em parceria com o Programa Selo Prevenção Minas sobre violência contra a pessoa idosa a fim de capacitar e sensibilizar os servidores do CREAS de Alfenas quanto ao atendimento ao público. Tais ações se mostraram estratégicas, propiciando o fortalecimento das parcerias e do fluxo para atendimento do público e maior compreensão dos serviços da rede especializada.

Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

A retomada das oficinas do Fica Vivo, como principal oferta de atendimento realizada pelo programa, foram acompanhadas por protocolos e disponibilização de materiais de higiene para que estas fossem retomadas de maneira gradativa. A exemplo destaca-se a aquisição de kits de álcool gel 70%, sabonete líquido e máscaras de proteção para todas as oficinas que tiveram o retorno. Ademais, vale ressaltar que o retorno das oficinas precisa estar coerente com o retorno do trabalho presencial nas Unidades, uma vez que a coordenação, orientação e auxílio aos oficineiros são realizados pelas equipes técnicas. Nesse ínterim, conforme exposto, somente em Uberlândia não houvera o retorno do trabalho presencial neste período, considerando as orientações do Programa Minas Consciente do governo deste estado.

Considerando que três dos quatro indicadores do Programa Fica Vivo! tem relação direta com a execução das oficinas, a análise será realizada conjuntamente. Primeiramente, esclarece-se que as metas foram pactuadas considerando um planejamento coadunado com o Minas Consciente. Entretanto, haja vista o alto grau de imprevisibilidade quanto ao retorno das oficinas, pois depende dos indicadores de saúde, as metas não foram alcançadas.

Outro aspecto a ser destacado é que as oficinas possuem características próprias que dificultam o processo de retomada: a maioria delas são atividades coletivas, que promovem grandes aglomerações de adolescentes e jovens, e a dificuldade de se utilizar máscaras durante as atividades que exijam esforço físico, tais como futebol e outros esportes.

Reforça-se a importância dos elementos qualitativos expostos no RGR deste 7º PA. Conforme bem analisado pelo Instituto ELO, os elementos qualitativos apresentados auxiliam na identificação das estratégias traçadas, que não foram poucas, frente ao atravessamento da pandemia que permitiram, longe do ideal, promover o atendimento ao público e a manutenção da pauta em torno da garantia de direitos, sobretudo o direito à vida dos adolescentes e jovens.

Indicador 2.1: Número acumulado de encontros de oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Meta: 2.107****Resultado: 39****Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!****Meta: 5.267****Resultado: 52****Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!****Meta: 63.141****Resultado: 32.216**

A Diretoria de Proteção à Juventude da SUPEC corroborou com as análises feitas pelo Instituto Elo no RGR, sobretudo, no tocante às estratégias de realização de novas formas de atendimento às juventudes dos territórios atendidos pelo Programa Fica Vivo. Ainda que haja severos impactos da pandemia que perdurarão por anos, com a retomada do trabalho presencial nas Unidades e das oficinas, espera-se o aumento do número de atendimentos nos próximos períodos avaliatórios.

Entretanto, diante de todas as justificativas já apresentadas, esta Comissão de Monitoramento, ainda que algum resultado tenha sido apresentado pela OS, considera importante a desconsideração dos 3 indicadores acima descritos neste período avaliatório.

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Meta: 297****Resultado: 153**

Quanto aos desafios apresentados no RGR que auxiliam a compreensão sobre o não alcance da meta pactuada, vale acrescentar que a SUPEC e o Instituto Elo já vêm desenvolvendo estratégias para compreender e minimizar tais impactos. Logo nos primeiros dias do mês de julho foram realizadas reuniões com supervisores da gestão e os gestores sociais cuja pauta foi a qualificação sobre a compreensão da importância do espaço de reunião com o GEPAR, bem como o resgate às normativas que regimentam sobre essa parceria. Além desses elementos, cabe destacar que a SUPEC, por meio da Gerência de Intervenção Estratégica, tem realizado reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica - GIE com todos os gestores sociais a fim de não apenas qualificar a representatividade da proteção social no espaço, como também diagnosticar os desafios e traçar intervenções.

Área Temática 3: Programa Se Liga

Conforme já relatado nos relatórios anteriores, o Programa de Acompanhamento ao Egresso das Medidas Socioeducativas de Internação e de Semiliberdade - Se Liga teve sua execução inicial no ano de 2010 na estrutura da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE), ficando suspenso de 2018 e 2019. Em 2020, o Se Liga retoma suas atividades na estrutura da SUPEC.

Em que pese a reformulação da metodologia do programa, o contexto da pandemia foi de extremo impacto na execução do Se Liga, que atua mediante o estabelecimento de vínculo, contato, acolhimento e reconhecimento, vez que teve nas medidas de isolamento social um expressivo impacto de suas ações e, conseqüentemente, no alcance dos resultados.

Quanto ao cronograma de ações, nesta primeira etapa foi realizado articulações prioritárias, a saber: estruturação de sede física, contratação de pessoal, repactuação de parcerias e construção de fluxos com a SUASE.

Indicador 3.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga

Meta: 220

Resultado: 113

O Programa Se Liga tal como os outros programas da política de prevenção à criminalidade tem suas intervenções fundamentadas no contato presencial com seu público, ou seja, com os adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo. Com a adoção de medidas de distanciamento estabelecidas pelos protocolos públicos, as ações praticamente foram inviabilizadas até o mês de agosto de 2020. Com a retomada das atividades presenciais houvera a ampliação dos atendimentos ofertados, sendo que em agosto foram realizados 42 atendimentos e em setembro 37.

Indicador 3.2: Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga

Meta: 60%

Resultado: 13,3%

Destaca-se que as articulações do Programa com as unidades socioeducativas são o primeiro passo possibilitar intervenções pelo Se Liga, a fim de despertar o interesse do adolescente pelo Programa, visando sua adesão futura. Assim, o Se Liga retomou efetivamente, no âmbito das Unidades, que definiu em conjunto com a SUPEC o fluxo para a operacionalização das ações.

Contudo, nota-se que o desenvolvimento de alternativas de atendimento ao público, tocante às medidas de minimização de contágio da COVID-19, agregadas principalmente às providências de contingenciamento no sistema socioeducativo, que restringiram o acesso presencial àquelas unidades, impactaram consideravelmente na fragilidade do vínculo entre o pré-egresso e o analista social de referência, como demonstram os resultados apresentados.

Cabe mencionar também os esforços da SUPEC e do Instituto ELO para minimizar os impactos das medidas de isolamento social na contenção da pandemia, bem como as formas seguras e alinhadas com a SUASE para os atendimentos para o fortalecimento dos vínculos dos adolescentes acautelados ao Programa Se Liga.

Indicador 3.3: Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas

Meta: 112

Resultado: 490

Conforme discutido no indicador 3.1, devido aos protocolos de distanciamento definidos pelos órgãos públicos e de controle, as atividades diretas de atendimento foram limitadas até o mês de agosto. Com isto, a equipe concentrou os esforços nas ações permitidas no momento, o que culminou com a realização de articulação junto as Unidades Socioeducativas. Destaca-se a relevância para o programa na manutenção de relações diretas com as unidades socioeducativas, já que a partir dela se têm o acesso mais direto ao público.

Além disso, foi durante o 6º PA que o programa iniciou suas atividades, sendo estratégico os esforços de articulação concentrados nesse período inicial. Assim como também ocorreu neste 7º PA, em que foram realizadas ações junto às unidades socioeducativas, sendo em julho 99, em agosto 127 e em setembro 118 ações realizadas. Destaca-se que parte substantiva dessas já se referem a discussões de casos que, possivelmente, serão acompanhados pelo programa com o desligamento dos adolescentes das Unidades Socioeducativas.

Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador 4.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

Meta: 33.199

Resultado: 24.710

Conforme já sinalizado em relatórios anteriores, em virtude da situação ocasionada pela pandemia, o impacto foi direto no resultado dos indicadores, a suspensão das atividades presenciais, e sobretudo aquelas relacionadas ao cumprimento da alternativa penal e a adoção do teletrabalho.

Dito isso, cabe destacar a Portaria Conjunta da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais nº 1.047/2020 que determina a retomada das atividades jurisdicionais presenciais a partir do dia 14 de setembro de 2020. No entanto, ressalta-se que a maioria das equipes do Programa retornaram as atividades presenciais no mês de julho, respeitando todas as medidas preventivas e em conformidade com as diretrizes da SUPEC, priorizando a retomada gradual e com restrições no que se refere aos atendimentos presenciais. Como reflexo dessa medida, nota-se um aumento progressivo dos atendimentos a partir de agosto, apesar de ainda não ser ação suficiente para alcance da meta.

Um elemento importante para a análise do não alcance da meta neste período se refere à suspensão das atividades grupais como medida preventiva a transmissão do coronavírus. Essa modalidade de atendimento compõe de forma expressiva o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA. Apesar da orientação para a retomada gradual das atividades presenciais, as atividades grupais demandam cuidado por, potencialmente, se configurarem enquanto aglomeração. Sendo assim, para essa modalidade de atendimento, a retomada tem sido gradual e, prioritariamente, através de plataformas digitais, ou com número reduzido de participantes nos casos em que a execução ocorra em formato presencial.

Registra-se ainda que, apesar da suspensão integral das atividades nos municípios de Araguari e Vespasiano, em função do contingenciamento financeiro, o resultado nulo apresentado nos dois municípios não estão relacionados ao não atingimento das metas, haja vista que as mesmas foram repactuadas no III Termo Aditivo do Contrato de Gestão, vigente neste período avaliatório.

Diante do exposto, a SUPEC também corrobora com os resultados e análises apresentados pelo Instituto ELO no RGR.

Indicador 4.2: Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

Meta: 72%

Resultado: 78,9%

Conforme sinalizado no relatório anterior, a partir do Decreto de situação de emergência em saúde pública no Estado de Minas Gerais e a publicação da Portaria Conjunta nº 19/PR-TJMG/2020 que dispensou o comparecimento obrigatório na CEAPA até maio de 2020, a Diretoria de Alternativas Penais – DAL orientou suspender a fiscalização acerca da obrigatoriedade do cumprimento das penas e medidas alternativas. Em decorrência desse posicionamento jurídico e institucional, em abril de 2020, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ publicou uma orientação técnica que dispunha sobre a possibilidade de computar o período de dispensa temporária do cumprimento de alternativas penais de cunho pessoal e presencial durante o período da pandemia, como período de efetivo cumprimento, considerando que a sua interrupção independia da vontade da pessoa em cumprimento, decorrendo diretamente de imposição determinada por autoridades sanitárias.

Diante disso, o Programa priorizou seu investimento nas ações de articulação junto ao Poder Judiciário a fim de fomentar decisões favoráveis à orientação técnica do CNJ, o que contribuiu para o alcance da meta, análise que corrobora com as justificativas apresentadas pelo Instituto ELO. Ressalta-se que o alcance da meta neste período reflete o êxito do Programa nas articulações com o Judiciário. Para além de mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA, esse resultado expressa a importância do Programa enquanto ação que fortalece e consolida a pauta das alternativas penais no estado.

Outro fator importante neste trimestre foi o investimento da equipe em retomar o monitoramento considerando o cumprimento ou descumprimento da alternativa penal. Conforme mencionado no relatório da OS, devido ao período de suspensão das atividades presenciais da CEAPA e nas Secretarias dos Juízos/Varas Forenses, houve o acúmulo de casos, o que impactou consideravelmente no número de baixas de processos no período em pauta. Por este motivo, ainda que a meta tenha sido alcançada, cumpre acrescentar que alguns municípios se destacaram por um baixo percentual de alternativas penais cumpridas, sendo eles: Betim, Governador Valadares, Juiz de Fora e Uberaba, principalmente na modalidade de PSC - prestação de serviços à comunidade nos meses de julho e/ou agosto. Cabe ressaltar ainda que os processos baixados por descumprimento da determinação judicial já apresentavam irregularidades antes da pandemia, e que foram oficiados neste período.

Indicador 4.3: Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

Meta: 1.971

Resultado: 3.917

Ressalta-se o investimento da Diretoria de Alternativas Penais - DAL na discussão junto aos gestores sociais de modo a qualificar a articulação e diálogo com o Poder Judiciário quanto à retomada das atividades, inclusive tendo participado dos espaços de reuniões com Juízes e Promotores. Fez-se necessário, a partir do posicionamento de cada Juízo, definir e redefinir fluxos quanto ao acompanhamento de pessoas em cumprimento de alternativas penais.

Cumpre salientar ainda o movimento da equipe na manutenção do contato com a rede parceira, que proporcionou uma leitura ampliada sobre as condições e possibilidades do retorno do cumprimento, leitura esta necessária na articulação com o Poder Judiciário. Considerar o quantitativo de instituições disponíveis frente ao número de pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas se fez necessário para organizar o fluxo e capacidade da rede para essa retomada.

Desta forma, com o retorno gradual do funcionamento das instituições, também houve acréscimo no contato para alinhamento quanto às possibilidades do retorno do cumprimento de PSC, respeitando as especificidades de cada município, instituição e PAP. As oscilações percebidas entre municípios também estão relacionadas à retomada desse funcionamento e flexibilização, que se deu em períodos diferentes, conforme o Plano Minas Consciente. Todavia, ainda que a meta seja alcançada, é importante para a análise os elementos que contribuíram para oscilações dos dados em alguns municípios.

Por fim, entre outras atividades realizadas, destacam-se a participação em vários eventos e reuniões promovidas pela diretoria e pelos parceiros, além de comissões para discussão de temáticas transversais às das alternativas penais. Devido à maioria dessas ações terem sido realizadas através de meio virtual, foi observado grande adesão nos espaços.

Área Temática 5: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador 5.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP

Meta: 11.167

Resultado: 8.785

Embora a meta não tenha sido alcançada durante o período avaliatório, importante ressaltar o fato que o número de atendimentos do Programa tem crescido nos últimos três meses. Tal fato pode ser justificado pela retomada gradual de comparecimento do público nas Unidades de Prevenção à Criminalidade, já que o período de pandemia impactou diretamente no resultado.

A necessidade ainda existente de isolamento social impossibilita o acesso a alguns espaços e de realizar atividades coletivas de atendimento do PrEsp, no qual contribuiu diretamente para o não alcance da meta. Em tempos de normalidade o Programa executava grupos nas Unidades com egressos do sistema prisional e seus familiares, bem como nas Unidades Prisionais com o público pré-egresso. Estas atividades geravam número considerável de atendimentos, considerando a quantidade de pessoas que participavam destas ações.

Além disso, a coleta de assinaturas no PrEsp se encontrava suspensa. A título exemplificativo, apenas no ano de 2019, um total de 52.369 pessoas compareceram para assinatura no Programa. Em 2020, até o mês de março, 11.196 pessoas já tinham comparecido para assinar. A assinatura possibilita uma alta circulação de pessoas no Programa, o que também impacta no número de atendimentos, considerando que estas pessoas comparecem inicialmente ao PrEsp em cumprimento de determinação judicial, se aderindo após no Programa espontaneamente.

Não se vislumbra, contudo, conforme consta no relatório apresentado pela OS (p.36), que o fechamento da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Araguari teria impactado no número deste período avaliatório, isto porque a suspensão das atividades neste município foi considerada na repactuação das metas quando do aditamento do Contrato de Gestão. Neste sentido, desde o mês de julho, as atividades no município de Araguari não foram mais consideradas para fins de meta. Entretanto, embora a meta não tenha sido alcançada, considera-se positivo o resultado tendo em vista todos os pontos mencionados que impactaram diretamente no atendimento presencial do público, tais como a coleta de assinaturas e a realização de atividades coletivas, que estão suspensas considerando os protocolos necessários de prevenção a COVID-19.

Indicador 5.2: Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

Meta: 78%

Resultado: 81,74%

Foi verificado pequena queda em comparação com o período avaliatório anterior, contudo, com a retomada do trabalho presencial, o número de pessoas que compareceram ao Programa pela primeira vez e que foram inscritas para acompanhamento aumentara, o que demonstra uma análise positiva, pois, retrata que novas pessoas acessaram o Programa para início de acompanhamento.

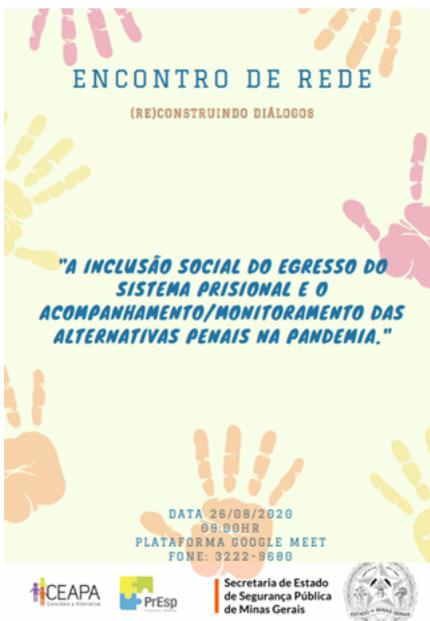
Indicador 5.3: Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta: 845

Resultado: 1.541

Conforme já considerado em período avaliatório anterior, as ações pertinentes a este indicador têm sobressaído muito no período de pandemia, razão pela qual os resultados atingidos têm se apresentado em grande elevação. Parte dos profissionais que compõem a rede de apoio passaram a executar suas atividades no formato de teletrabalho. Assim, não só os contatos realizados para discussão de casos acompanhados foram facilitados, mas também as reuniões com atores para discussão do acesso a direitos do público egresso do sistema prisional.

Em Montes Claros, a título exemplificativo, foi realizado durante este período o encontro online com diversos atores da rede parceira para discutir pautas que tocam o público egresso do sistema penal e de pessoas que cumprem alternativas penais:



O encontro foi realizado pela plataforma Google Meet e possibilitou um diálogo com a rede sobre o trabalho desenvolvido pelos Programas PrEsp e CEAPA. Foram discutidos os desafios e as possibilidades do atendimento do público. Além disso, o espaço se mostrou muito relevante para discussão sobre encaminhamentos, fluxos de comunicação e funcionamento dos serviços e dos programas da rede sócio assistencial, que contou com a participação de 22 instituições do município.

Importante frisar a importância destas ações já que o acesso a direitos pelo público egresso do sistema prisional somente se torna possível quando existe uma rede articulada para referenciar os egressos acompanhados. Estar próximos da rede e discutir pautas que tocam diretamente o público é essencial para o alcance de melhores resultados, objetivando a inserção social de pessoas egressas do sistema prisional. Ações como estas, bem como o maior acionamento e maior disponibilidade da rede durante este período têm justificado o alcance de melhores resultados.

Área Temática 6: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade**Indicador 6.1: Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior****Meta:** 100%**Resultado:** -

Diante da pandemia, não foram realizadas viagens da supervisão no interior. Todavia, o trabalho da supervisão metodológica ocorreu, intensificadamente, através de contatos telefônicos e videoconferência com os analistas sociais e gestores para alinhamento do trabalho e intervenções estratégicas.

Tendo em vista que não houve realização de supervisões in loco no interior no período monitorado, esta Comissão de Monitoramento reforça o pedido de desconsideração deste indicador na avaliação deste período.

Indicador 6.2: Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto**Meta:** 15**Resultado:** 9,8

A reposição de vagas em aberto é de suma importância para não ocasionar a interrupção dos atendimentos e demais atividades do serviço prestado. A média de 9/10 dias demonstra um bom resultado de continuidade. Frisa-se que os processos de contratação de pessoal, bem como àqueles de rescisão, foram objeto de análise no procedimento de checagem amostral, conforme relatório elaborado por esta Comissão de Monitoramento.

Área Temática 7: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade**Indicador 7.1: Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base local****Meta:** 52**Resultado:** 59

O programa de trabalho do III Termo Aditivo prevê a entrega de 26 relatórios em julho, referente aos meses de maio e junho, e de 26 em setembro, referente aos meses de julho e agosto.

A Comissão de Monitoramento teve acesso a 33 relatórios de maio e junho, bem como a 26 relatórios de julho e agosto, totalizando 59 e atingindo a meta proposta.

Ressalta-se que as informações nestes contidas são de cunho sigiloso, mas à disposição da Comissão de Avaliação.

Indicador 7.2: Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo**Meta:** 3**Resultado:** -

O Instituto Elo solicitou no RGR a desconsideração deste indicador pela Comissão de Avaliação, tendo em vista a suspensão das oficinas já amplamente relatadas. A Comissão de Monitoramento corrobora com o pedido, contudo, reforça a necessidade de retomar a elaboração deste relatório a partir de setembro, considerando o retorno gradual das oficinas.

Indicador 7.3: Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga**Meta:** 3**Resultado:** 3

Ressalta-se que ainda não constam dados e análises aprofundadas nos Relatórios de Gestão do Programa Se Liga, devido aos argumentos já exauridos em relatórios. Contudo, reforçamos ao Instituto ELO a necessidade, a partir da retomada dos atendimentos, de análises qualitativas e quantitativas a partir das seguintes informações:

- Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo;
- Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes;
- Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes;
- Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes;
- Número de atividades culturais realizadas e de participantes;
- Número de ações com familiares e de participantes;
- Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo;
- Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes;
- Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas;
- Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos.

- Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado).

Indicador 7.4: Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas**Meta:** 3**Resultado:** 3

Verificou-se a permanência de equívocos nos relatórios que já tinham sido sinalizados formalmente ao Instituto Elo (exemplo: o quantitativo de apenas 5 ações no mês de abril no município de Tocantins, que inclusive está em gráfico na página 51 do RGR não está correto e deve ser corrigido). Esse mesmo equívoco já vinha sendo apontado nos relatórios anteriores.

Permanece a dificuldade dos relatórios apresentarem análises mais qualificadas e críticas dos fatos e eventos apresentados, o que demandaria um acompanhamento mais próximo das práticas de trabalho da equipe municipal.

Área Temática 8: Gestão da Parceria**Indicador 8.1: Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica****Meta:** 100%**Resultado:** -

Os servidores Gleysiane Diniz (supervisora) e Fábio Costa (supervisor adjunto) estiveram presencialmente na sede do Elo no dia 12/11/20. A servidora Beatriz Barbosa (representante do jurídico do OEP) se encontrava em férias regulamentares e o servidor Marcus Resende recebeu os processos digitalizados para realizar as análises em home office.

A partir da metodologia definida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a amostra deveria conter, no mínimo, 43 processos.

Considerando que nesta checagem ocorreu discussão entre seus membros acerca da legalidade da aplicação isonômica do reajuste salarial aos trabalhadores contratados, foi necessário submeter o expediente à análise da Assessoria Jurídica da SEJUSP, bem como posteriormente à AGE. O expediente se encontra em reanálise pela AJU, após reunião ocorrida entre representantes da SUPEC, AJU/SEJUSP, SEPLAG e NAJE para discussão dos impactos para a administração pública estadual em razão do teor das notas jurídicas anteriormente emitidas.

Isto posto, haja vista questão não superada para conclusão dos processos de contratação de pessoal analisados, solicitamos a desconsideração deste indicador nos períodos avaliatórios.

Indicador 8.2: Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão**Meta:** 100%**Resultado:** -

O resultado desse indicador será avaliado na Comissão de Avaliação, uma vez que nem todas as ações puderam ser finalizadas até o fechamento deste Relatório de Monitoramento.

A Comissão de Monitoramento registra as dificuldades existentes no cumprimento de prazos estabelecidos pelas legislações atinentes ao Contrato de Gestão, haja vista tratar-se de uma política pública de grande abrangência estadual, com várias ações a serem monitoradas, grande aporte de recursos públicos a serem fiscalizados e restrições impostas pela pandemia.

Ressalta-se ainda que a referida Comissão preza, sobretudo, pela qualidade dos trabalhos de fiscalização e monitoramento da parceria em detrimento dos cumprimentos de prazos. Desse modo, ainda que alguns prazos não tenham sido cumpridos tempestivamente, todas as ações de monitoramento definidas na legislação e no Contrato de Gestão foram realizadas.

Por fim, registramos que o Decreto nº 47.890/2020 também suspendeu os prazos de monitoramento do Contrato de Gestão durante a pandemia, portanto, esta Comissão de Monitoramento entende pertinente a desconsideração deste indicador, mas reforçando que todos os procedimentos foram realizados.

4 – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS**RECURSOS ESTADUAIS****Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência:**

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL	
1	01/01/2020	01/02/2020	01/03/2020	01/04/2020	01/05/2020	01/06/2020	01/07/2020	01/08/2020	01/09/2020		
Entrada de Recursos	a	a	a	a	a	a	a	a	a		
	31/01/2020	29/02/2020	31/03/2020	30/04/2020	31/05/2020	30/06/2020	31/07/2020	31/08/2020	30/09/2020		
1.1	Receitas										
1.1.1	-	6.382.376,94	-	7.237.357,21	-	307.859,19	-	4.052.945,63	-	17.980.538,97	
1.1.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.1.4	-	-	-	-	-	-	2.223.705,07	-	200.000,00	2.423.705,07	
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.										-
(E) Total de Entradas:	-	6.382.376,94	-	7.237.357,21	-	307.859,19	2.223.705,07	4.052.945,63	200.000,00	20.404.244,04	
<hr/>											
2 Saída de Recursos											
2.1	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL	
Gastos com Pessoal											
2.1.1	874.131,03	874.131,03	874.131,03	874.131,03	874.131,03	478.935,24	576.467,34	576.467,34	576.467,34	6.578.392,41	
2.1.2	98.956,00	98.956,00	98.956,00	98.956,00	98.956,00	1.376,00	1.376,00	1.376,00	1.376,00	500.284,00	
2.1.3	599.491,82	599.491,82	599.491,82	599.491,82	599.491,82	199.061,15	243.031,54	243.031,54	243.031,54	3.925.614,87	
2.1.4	275.893,50	275.893,50	275.893,50	275.893,50	275.893,50	174.821,23	168.969,31	168.969,31	168.969,31	2.061.196,66	
Subtotal (Pessoal):	1.848.472,35	1.848.472,35	1.848.472,35	1.848.472,35	1.848.472,35	854.193,62	989.844,19	989.844,19	989.844,19	13.066.087,94	
2.2	745.324,47	499.843,47	608.643,47	500.643,47	523.923,47	40.037,55	355.484,36	353.484,36	553.484,36	4.181.468,98	
2.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferência para											
2.4	32.289,07	22.246,99	20.414,62	16.141,34	11.171,79	9.281,44	7.235,68	7.457,32	5.758,20	131.996,45	
(S) Total de Saídas:	2.626.685,89	2.370.562,81	2.477.530,44	2.365.257,16	2.383.567,61	903.512,61	1.352.564,23	1.350.785,87	1.549.086,75	17.379.553,37	
<hr/>											
Realizado											
1	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL	Realizado (I) Previs
Entrada de Recursos	01/01/2020	01/02/2020	01/03/2020	01/04/2020	01/05/2020	01/06/2020	01/07/2020	01/08/2020	01/09/2020		
	a	a	a	a	a	a	a	a	a		
	31/01/2020	29/02/2020	31/03/2020	30/04/2020	31/05/2020	30/06/2020	31/07/2020	31/08/2020	30/09/2020		
1.1	Receitas										
1.1.1	-	-	-	1.576.145,30	-	307.859,19	-	1.343.328,54	-	3.227.333,03	11
1.1.2	3.300,00	4.200,00	2.400,00	3.900,00	-	-	-	-	-	13.800,00	
1.1.4	316,24	232,82	59,50	-	-	0,18	2.234.284,66	-	168,83	2.235.062,23	92
2.1	32.289,07	22.246,99	20.414,62	16.141,34	11.171,79	9.281,44	7.235,68	7.457,32	5.758,20	131.996,45	
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.										
(E) Total de Entradas:	35.905,31	26.679,81	22.874,12	1.596.186,64	11.171,79	317.140,81	2.241.520,34	1.350.785,86	5.927,03	5.608.191,71	27
<hr/>											
2 Saída de Recursos											Realizado (I) Previs
2.1	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL	
Gastos com Pessoal											
2.1.1	698.592,72	762.910,87	725.801,03	698.750,61	350.594,88	543.290,52	545.462,69	541.418,20	529.966,94	5.396.788,46	82
2.1.2	65.916,89	68.642,86	83.874,02	74.092,14	750,44	20.132,66	1.829,33	1.246,00	1.232,67	317.717,01	61
2.1.3	511.312,38	520.904,63	324.453,86	252.410,81	290.450,56	236.592,91	210.152,76	223.955,01	208.673,18	2.778.906,10	70
2.1.4	108.918,78	247.602,94	255.852,08	221.800,09	128.449,69	188.305,11	185.664,19	129.864,25	162.234,20	1.721.674,32	80
Subtotal (Pessoal):	1.384.740,77	1.600.061,30	1.389.980,99	1.247.053,65	770.245,57	988.321,20	943.108,97	896.483,46	902.106,99	10.215.085,89	78
2.2	446.016,66	448.605,13	447.154,43	38.043,63	32.503,07	29.577,10	32.427,18	40.367,30	63.289,81	1.577.984,31	31
2.3	-	-	699,00	-	7.370,00	-	-	-	-	8.069,00	
Transferência para											
2.4	32.289,07	22.246,99	20.414,62	16.141,34	11.171,79	9.281,44	7.235,68	7.457,32	5.758,20	131.996,45	100
(S) Total de Saídas:	1.863.046,50	2.070.913,42	1.858.249,04	1.301.238,62	821.290,43	1.027.179,74	982.771,83	944.308,08	971.155,00	11.933.135,65	68

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão						
Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto		Realizado		Realizado (I) Previs
		Valor	Acumulado dos Períodos Anteriores	7º Relatório Gerencial Financeiro	Total	
1	Área Meio - Atividades e Gastos	575.280,00	245.571,65	130.342,14	375.913,79	65,34%
2	Oficinas do Fica Vivo!	5.407.500,00	1.609.995,71	29.923,06	1.639.918,77	30,33%
3	Capacitações da equipe contratada	138.101,00	-	-	-	-
4	Deslocamento da equipe contratada	35.640,00	7.563,30	-	7.563,30	21,22%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	104.626,67	3.326,02	-	3.326,02	3,18%
6	Projetos de Prevenção à criminalidade	150.400,00	-	-	-	-
7	Olimpíadas do Fica Vivo!	-	-	-	-	-
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	12.620,00	-	-	-	-
9	Ações do Programa Se Liga	112.881,66	-	5.000,04	5.000,04	4,43%
10	Fóruns Multiterritoriais	200.000,00	-	-	-	-
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	74.160,00	-	-	-	-
Total		6.811.209,33	1.866.456,68	165.265,24	2.031.721,92	

RECURSOS FEDERAIS

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência:

Previsto											TOTAL		
Entrada de Recursos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro				
	01/01/2020 a 31/01/2020	01/02/2020 a 29/02/2020	01/03/2020 a 31/03/2020	01/04/2020 a 30/04/2020	01/05/2020 a 31/05/2020	01/06/2020 a 30/06/2020	01/07/2020 a 31/07/2020	01/08/2020 a 31/08/2020	01/09/2020 a 30/09/2020				
1	Receitas												
1.1	Repasses do Contrato de Gestão	375.566,20	-	-	776.284,65	-	804.693,09	-	-	889.076,95		2.845.620,89	
1.12	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	
1.14	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	1.325,41	647,60	1.128,07	1.800,11	2.309,43	1.525,42	2.451,82	1.740,21	1.406,94		14.335,01	
(E)	Total de Entradas:	376.891,61	647,60	1.128,07	778.084,76	2.309,43	806.218,51	2.451,82	1.740,21	890.483,89		2.859.955,90	
Saída de Recursos													
2	Saída de Recursos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL		
2.1	Gastos com Pessoal												
2.1.1	Salários	113.936,27	113.936,27	113.936,27	113.936,27	113.936,27	140.265,47	170.861,50	170.861,50	170.861,50		1.222.531,32	
2.1.2	Estagiários	20.800,00	20.800,00	20.800,00	20.800,00	20.800,00	-	-	-	-		104.000,00	
2.1.3	Encargos	81.783,79	81.503,79	81.783,79	81.503,79	81.503,79	57.939,81	72.938,72	72.658,72	72.938,72		684.554,92	
2.1.4	Benefícios	40.401,49	40.401,49	40.401,49	40.401,49	40.401,49	54.581,19	52.745,43	52.745,43	52.745,43		414.824,93	
	Subtotal (Pessoal):	256.921,55	256.641,55	256.921,55	256.641,55	256.641,55	252.786,47	296.545,65	296.265,65	296.545,65		2.425.911,17	
2.2	Gastos Gerais	21.770,67	2.506,67	2.026,67	2.026,67	2.026,67	-	-	-	2.026,67		32.384,02	
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	
2.4	Reserva de Recursos	1.325,41	647,60	1.128,07	1.800,11	2.309,43	1.525,42	2.451,82	1.740,21	1.406,94		14.335,01	
(S)	Total de Saídas:	280.017,63	259.795,82	260.076,29	260.468,33	260.977,65	254.311,89	298.997,47	298.005,86	299.979,26		2.472.630,20	
Realizado													
1	Entrada de Recursos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL	Realizado (j) Previst	
		01/01/2020 a 31/01/2020	01/02/2020 a 29/02/2020	01/03/2020 a 31/03/2020	01/04/2020 a 30/04/2020	01/05/2020 a 31/05/2020	01/06/2020 a 30/06/2020	01/07/2020 a 31/07/2020	01/08/2020 a 31/08/2020	01/09/2020 a 30/09/2020			
1.1	Receitas												
1.1.1	Repasses do Contrato de Gestão	228.258,64	-	-	776.284,65	-	804.693,09	-	-	-		1.809.236,38	63,1
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	172.635,74	-	-	2,07		172.637,81	
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	1.325,41	647,60	1.128,07	1.800,11	2.309,43	1.525,42	2.451,82	1.740,21	1.406,94		14.335,01	100,0
(E)	Total de Entradas:	229.584,05	647,60	1.128,07	778.084,76	2.309,43	978.854,25	2.451,82	1.740,21	1.409,01		1.996.209,20	69,8
2	Saída de Recursos												
2.1	Gastos com Pessoal												
2.1.1	Salários	94.798,05	102.060,69	100.771,23	90.762,37	37.915,59	130.219,68	163.779,40	164.894,80	160.768,47		1.045.970,28	85,1
2.1.2	Estagiários	15.566,17	15.980,34	18.540,00	16.249,21	620,00	2.930,39	3.048,98	642,92	-		73.578,01	70,1
2.1.3	Encargos	70.739,74	72.400,04	41.682,08	30.197,65	37.512,13	224.715,80	61.355,67	65.628,27	65.465,22		669.696,60	97,1
2.1.4	Benefícios	16.690,44	37.801,27	39.981,14	30.504,49	16.951,35	46.123,34	57.759,21	43.819,88	53.469,16		372.873,94	89,1
	Subtotal (Pessoal):	197.794,40	228.242,34	200.974,45	167.713,72	92.999,07	403.989,21	285.943,26	274.985,87	279.702,85		2.162.118,83	89,1
2.2	Gastos Gerais	-	415,25	795,30	0,50	1,50	-	-	0,50	-		1.213,05	3,1
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	
2.4	Reserva de Recursos	1.325,41	647,60	1.128,07	1.800,11	2.309,43	1.525,42	2.451,82	1.740,21	1.406,94		14.335,01	100,0
(S)	Total de Saídas:	199.119,81	229.305,19	202.897,82	169.514,33	95.310,00	405.514,63	288.395,08	276.726,58	281.109,79		2.177.666,89	88,0

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado		Realizado (j) Previsto
		Valor	Acumulado dos Períodos Anteriores	7º Relatório Gerencial Financeiro	
1	Área Meio - Atividades e Gastos	-	-	-	-
2	Acompanhamento <i>in loco</i> da supervisão no interior	25.280,00	1.210,55	-	1.210,55
3	Ações estratégicas para a consolidação das Alternativas Penais	19.264,00	5.014,04	-	5.014,04
	Total	44.544,00	6.224,59	-	6.224,59

4.1 – ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo em 09/11/2020, via e-mail. Além disso, todos os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade entre os gastos previstos na Memória de Cálculo do Contrato de Gestão.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS ESTADUAIS:

Do total de saídas realizadas no período avaliatório, foi executado 68,66% do previsto. O principal fator que impactou nessa porcentagem foi a não execução das oficinas do Fica Vivo, que foram retomadas gradualmente a partir de setembro, com pagamento em outubro (8º PA), conforme pode ser verificado na Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão do recurso estadual.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS:

No tocante à execução financeira, foi realizado 88,07% do total de saídas previstos para o período avaliatório. O desligamento integral de todos os estagiários impactou neste comparativo entre previsto *versus* realizado.

A Comissão de Monitoramento reitera a necessidade do Instituto Elo, que executa outras parcerias com o Estado, na observância quanto a possibilidade de rateio de despesas entre os projetos, conforme ordenamento jurídico vigente.

5 – DAS RESPONSABILIDADES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Conforme art. 49 do Decreto nº 47.553/2018 esta Comissão atesta o cumprimento da realização das seguintes responsabilidades relativas ao contrato de gestão:

- I - foi realizada visita à OS e ao local de execução das atividades do contrato de gestão;
- II - foi verificada a adequação das despesas ao objeto do contrato de gestão, os documentos fiscais, trabalhistas, previdenciários da OS, extratos bancários saldos das contas vinculadas ao contrato de gestão e outros que se fizerem necessários;
- III - foram verificados os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações;
- IV - foram verificadas fontes de comprovação dos indicadores e produtos apresentados pela OS, atestando a coerência quanto ao disposto no contrato de gestão e ao cumprimento das metas;
- V - foi verificado o registro patrimonial e o estado que se encontram os bens;
- VI - foram realizadas checagens amostrais e de efetividade para verificar a conformidade da execução das despesas realizadas pela OS com os regulamentos internos da entidade;
- VII - foram realizadas recomendações à OS sobre a execução do contrato de gestão, bem como requisições administrativas;
- VIII - foram propostas medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa também que vêm qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio de servidores da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e funcionários do Instituto Elo.

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2020.

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão

Fábio César Araújo Costa

Supervisor Adjunto do Contrato de Gestão

Beatriz Barbosa Pena Camargo

Representante da Unidade Jurídica do OEP

Marcus da Silva Resende^[1]

Representante da Unidade Financeira do OEP

[1]Servidor se encontrava em férias regulamentares no momento da assinatura do presente relatório, motivo pelo qual consta a data da assinatura em momento posterior.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Cesar Araujo Costa, Servidor**, em 09/12/2020, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 09/12/2020, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo, Assessor(a)**, em 10/12/2020, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21918957** e o código CRC **1D8EFBF9**.